

O CADASTRAMENTO BANCÁRIO E AS AÇÕES REVISIONAIS*

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO

Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Advogado em Porto Alegre e Brasília

1 Do interesse geral no bom desempenho dos negócios bancários

1. É de indisfarçável interesse geral, é do interesse da Nação e de cada cidadão que os negócios bancários sejam firmados e sejam cumpridos sob adequadas cláusulas e condições, e assim normalmente concedidos financiamentos aos clientes em condições de solvabilidade, e normalmente pagos os débitos nos termos do avençado entre as partes.

A freqüente concessão de créditos a quem presumivelmente não os irá pagar, e não os paga, conduz à debilidade do estabelecimento bancário e, muitas vezes, à necessidade de socorro pela União ou de liquidação extrajudicial, com conseqüências maléficas à economia nacional como um todo.

Cumpre sublinhar que os estabelecimentos bancários servem como intermediários no comércio do dinheiro, e o numerário com que operam é, em percentagem expressivamente majoritária, proveniente dos depósitos e aplicações neles efetuados pelos clientes, pessoas físicas e pessoas jurídicas:

“Le capital proprement dit des banques représente la plus faible partie de leurs ressources. Aussi a-t-on pu dire qu’il constituait plutôt un fond de garantie. Il est évident qu’il y a entre ce capital et l’étendue des affaires traitées une véritable disproportion. Il ne paraît figurer au bilan que comme le gage commun de ceux qui ont confié leurs capitaux aux banques, et il n’est pas douteux que le public le considère comme éventuellement destiné à combler les déficits possibles” (“*Traité des Opérations Commerciales de Banque*”, HENRI TERREL et HENRI LEJEUNE, p. 15, apud LAURO MUNIZ BARRETO. *Questões de Direito Bancário*. 2ª ed., v. 1, Ed. Max Limonad, 1972, p. 12).

* Trabalho baseado em parecer fornecido pelo autor à FEBRABAN e à SERASA.

Como refere o autor mencionado, o capital bancário, em todos os países, “passou para o segundo plano, substituído pelos outros recursos, que caracterizam a atividade bancária, **com integral supremacia dos depósitos**” (ob. cit., p. 19). Em consequência, como está em remissão a PIETRO ROTA (“*Principii di Scienza Bancaria*”), o banco trabalha com capitais alheios: “*Nella economia nazional la Banca há un'altra missione, quella d'impiegare il capitale, cioè di dare alla produzione il capitale, che essa ha raccolto o che essa ha reso superfluo alla circolazione. A tale scopo la Banca provvede colle operazioni attive e di esse diremo in questo capitolo*” (ob. cit., p. 18) (grifamos).

2. E exatamente por isso, porque os fundos utilizados para a concessão de créditos, ao fim e ao cabo, decorrem majoritariamente dos “empréstimos” feitos aos bancos pelos seus clientes (e cujo reembolso pode ser requisitado a qualquer momento!), deve o estabelecimento bancário tomar todas as cautelas possíveis no sentido de que seus clientes (que constituem a massa da população economicamente ativa do país) estejam tranquilos e seguros de que os respectivos depósitos poderão ser restituídos, de imediato e em sua integralidade, no momento em que a devolução for solicitada. Ainda na expressão de PIETRO ROTA, a suprema lei dos bancos “*é que não se percam esses capitais dos clientes, devendo os bancos estarem sempre preparados para a solicitação de reembolso*” (ob. cit., p. 19).

Os depositantes, destarte, poderão confiar no banco por eles escolhido para a guarda e aplicação de seus numerários, que podem ser os capitais e lucros de grandes empresas, como igualmente pode ser a pecúnia amealhada por pessoas humildes ao longo de toda uma existência de trabalho e privações.

O banco, como referiu ESTEBAN COTTÉLY, não é um simples comerciante, pois desempenha papel o mais relevante na economia nacional:

“*El banco no se puede considerar como simple comerciante ni siquiera al descuidar completamente su papel ocupado en el mecanismo de la economía nacional. Aun cuando a partir de la primera guerra mundial se há producido una enorme mutación en toda la estructura bancaria y los bancos salieron de su carácter de derecho privado, convirtiéndose en instituciones cada vez más identificadas con la vida y política económica del país, frente a sus clientes su situación há permanecido invariable*” (Derecho Bancário, Buenos Aires, Ed. Arayú, p. 111, apud ARNOLDO WALD. *Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas*, RT, v. 22/15).

3. A finalidade do cadastramento dos devedores na SERASA – Centralização dos Serviços dos Bancos S.A., ou no SPC, **não é a proteção do in-**

interesse individual daquele credor que forneceu as informações sobre o seu devedor já inadimplente, ou cuja idoneidade moral e patrimonial seja duvidosa. O interesse deste credor, via de regra, já se encontra acautelado, tanto quanto previsto em cada caso concreto, pelas garantias contratuais ou pela penhora na execução.

A finalidade dos registros é a proteção do crédito, como um bem em si mesmo, de valia inestimável numa economia exclusiva ou predominantemente capitalista.

Esta distinção, embora fundamental, tem sido muitas vezes desconsiderada em decisões judiciais, que equivocadamente adotam como critério preponderante o da tutela ao credor individualmente considerado, e não o da tutela ao instituto do crédito, cuja higidez depende de **informações verazes e completas** sobre o universo dos clientes das instituições prestadoras de financiamentos ou que transacionam mercadorias a prazo.

2 Os cadastros bancários e sua legitimidade

4. A existência de bancos de dados e de cadastros de consumidores, em que são relacionados os devedores inadimplentes ou de duvidosa solvabilidade, vincula-se ao **direito à informação**, sob tutela constitucional (CF, art. 5º, XIV), e à **defesa do instituto do crédito bancário**, cuja solidez é pressuposto a uma normal economia de mercado (CF, art. 192).

Sua legitimidade vem, inclusive, abonada pela **Lei nº 8.078/90** – Código de Defesa do Consumidor, *verbis*:

“Art. 43.(...) ”

§ 4º. *Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.*

§ 5º. *Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.”*

Assim também pela **Lei n. 9.507**, de 12/11/1997, a saber:

“Art. 1º. **Vetado.**

Parágrafo único. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.

(...)

§ 7º. *Conceder-se-á habeas data:*

(...)

III – para a anotação, nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.”

5. Nos bancos de dados da SERASA encontram-se apenas as informações relevantes à concessão de financiamentos, informações “objetivas”, e não simples avaliações subjetivas e desconectadas das necessidades do mercado.

No magistério de mestre HUMBERTO THEODORO JR.:

“Anotar, portanto, a conduta de certo cliente no cadastro do SERASA é operação de rotina que jamais poderá ser vista como ato ilegal ou abusivo, mesmo porque a atividade bancária tem, nos dados sigilosos do cadastro da clientela, o principal instrumento de segurança da atividade creditícia que desempenha. Na verdade, nenhum estabelecimento de crédito pode prescindir do apoio de rigoroso controle cadastral sobre a idoneidade moral e patrimonial dos seus mutuários, em virtude da própria natureza das operações que constituem a essência de sua mercancia” (Responsabilidade Civil. 4ª ed., Ed. Aide, 1997, v. I, pp. 30/31) (grifamos).

Refere o mesmo conceituado jurista que:

“O SERASA é uma sociedade anônima, isto é, uma entidade privada que mantém um cadastro da clientela bancária, para prestação de serviços exclusivamente a seus associados, que são vários bancos nacionais. Os dados compilados, como acontece em qualquer cadastro bancário, são confidenciais e sigilosos. Seus registros não são publicados ou divulgados perante estranhos. Servem apenas de fonte de consulta para os bancos associados, os quais utilizam as informações como dados necessários ao estudo e deferimento das operações de crédito usualmente praticadas” (idem, ibidem).

Como escreveu EDUARDO ARRUDA ALVIM, “os arquivos que contenham dados sobre os consumidores só devem ser utilizados diante de situações que, concretamente, o exijam, pelo fornecedor que o solicitar, e não por qualquer pessoa” (*Código do Consumidor Comentado*. 2ª ed., Ed. RT, p. 230).

6. Sob esta diretriz, o **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**, por sua 1ª Câmara Cível, fez constar da ementa do AG nº 96.005.576-2 que:

“Não constitui coação ilegal a comunicação do nome do devedor inadimplente ao SERASA, porque a entidade financeira tem nos dados sigilosos do cadastro da clientela o principal instrumento de segurança da atividade creditícia que desempenha.” (Ac. de 06/05/97, Rel.: Des. ORLI RODRIGUES).

O 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, com lembrança ao prístino princípio de que *“non videtur vim facere qui iure suo utitur”* (OROSIMBO NONATO. *Da Coação como Defeito do Ato Jurídico*. Forense, 1957, p. 170), reafirma a legitimidade do uso dos cadastros bancários, porquanto os bancos não devem expor-se à concessão de créditos sem uma razoável expectativa de que venham a ser honrados em dia. Com efeito, na lição do prof. HENRI GUITON, aos bancos não basta disporem de ativos consideráveis:

“É preciso pagar no momento em que os depositantes reclamam seu dinheiro: não é questão de solvabilidade final, mas sim de disponibilidade imediata de recursos líquidos. O princípio fundamental no comércio de banco – como de todo comércio, porque no fundo é simples axioma de bom senso, não obstante muitas vezes esquecido, e cuja violação tem causado numerosas falências – é o de que a cada instante as disponibilidades de um banco devem ser iguais às suas exigibilidades. Em outras palavras, um banco deve estar em cada dia em estado de reembolsar as somas que seus credores queiram receber nesse dia” (*Economia Política*. 2ª ed., Ed. Fundo de Cultura S/A, 1961, v. III, trad. port., pp. 34/35).

Referiu o 1º TACSP que os bancos não podem cumprir tal princípio fundamental *“senão apoiados em rigorosa seleção cadastral de seus devedores (omissis) selecionar seus devedores é mais do que direito, senão dever dos bancos”* (7ª Câmara, ac. de 20/05/1979, AG. nº 733.220-7, Rel.: Juiz ARIODALDO SANTINI TEODORO).

7. A necessidade de existência dos cadastros bancários é igualmente realçada pelo **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**, 17ª Câmara Cível, AG. nº 598.182.756, ac. de 06/10/1998, constando do voto do Relator, Des. LUCIANO ADEMIR JOSÉ D’AVILA, que a manutenção de um cadastro de proteção ao crédito com informações destituídas de exatidão (pela ausência de arquivamento dos nomes de inadimplentes), *“fatalmente provocará erro de avaliação na concessão de novos créditos e desarticulação do sistema financeiro”*.

Exatamente por isso, consoante esse aresto do TJRS, as entidades encarregadas de cadastrar os inadimplentes foram elevadas à categoria de entidades de caráter público: *“Conseqüentemente, os arquivos de consumo desempenham uma função positiva na sociedade de consumo, de acordo com ANTÔNIO HERMAN DE VASCONCELLOS e BENJAMIN (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, comentado pelos autores do Anteprojeto, 3ª ed., pp. 253/254). Agora mais ainda se afirma este posicionamento, em face da interpretação sistemática daquele dispositivo legal com o art. 1º, parágrafo único, da novíssima Lei nº 9.507, de 12/11/1997”*.

8. A respeito da legitimidade das entidades de proteção ao crédito já se pronunciou expressamente o **Superior Tribunal de Justiça**, 3ª Turma, no REsp. nº 64.000-BA, ac. de 15/12/1995, do qual foi Relator o eminente ministro CLÁUDIO SANTOS.

Havendo o Tribunal de Justiça da Bahia negado legitimidade ao Serviço de Proteção ao Crédito para cadastrar informações e para, com base nestas, fornecer informações atestadoras do estado de inadimplência, o Superior Tribunal deu pela infringência ao art. 43, § 4º, do CDC, sob o asserto de que “*o Serviço de Proteção ao Crédito é entidade reconhecida por lei, tendo, inclusive, caráter público, ex vi do § 4º, do art. 43, da Lei nº 8.078/90, podendo cadastrar informações sobre pessoa física ou jurídica*” (da ementa).

3 Do cadastramento na pendência de ações judiciais relativas ao financiamento

9. Tornou-se extremamente comum – e é inclusive um dos fatores do acúmulo de serviço que asfixia os juízos e tribunais – que após firmado o contrato de financiamento e recebido o numerário pelo financiado, venha este, algum tempo depois, a propor **ações revisionais do contrato**, ou **consignatórias** etc., arguindo a existência de cláusulas abusivas e de pactos leoninos, ou a inobservância aos índices de correção monetária que supõe serem os adequados, e assim por diante.

Rogam ainda com freqüência os demandantes, mediante ações ditas “cautelares inominadas” ou através de pedidos de antecipação de tutela, seja cancelado o cadastramento de seus nomes na SERASA ou no SPC, ou seja determinado à instituição credora que se abstenha de comunicar aos bancos de dados o inadimplemento já ocorrido ou em vias de ocorrer.

Em alguns casos, os financiados requerem o **depósito em juízo** da quantia que entendem devida, isto é, da **parcela incontroversa** da dívida, parcela esta que, sem dúvida alguma, **não pode ser inferior ao montante que a instituição financeira supriu em numerário ao financiado**; em outros casos, sustentam que em tal depósito não se faz imprescindível à consecução de seus propósitos.

Pergunta-se, pois: **a simples circunstância de haver sido questionado, em juízo, o quantum da dívida contratualmente assumida, é fator, só por si, impeditivo do cadastramento do devedor na SERASA?**

As respostas jurisprudenciais não guardam a desejável uniformidade, talvez mesmo pela diversidade dos casos concretos.

10. O **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**, por sua 6ª Câmara Cível, quando do julgamento do AG. nº 595.191.966, ac. de 19/03/1996, Relator o Des. OSVALDO STEFANELLO, decidiu sob a ementa seguinte:

“Agravado contra liminar deferida em cautelar, visando excluir o nome do agravado do rol dos negativados junto ao SERASA e SPC.

A inadimplência reconhecida pelo devedor autoriza o credor a exercer o direito de informar organismos de proteção ao crédito, inobstante discussão judicial a respeito do montante do débito, em face à alegada cobrança de juros e taxas ilegais, em não cuidando, o devedor, como avalista, de se desobrigar do valor considerado correto, mesmo que o seja via judicial.

Provimento do agravo do estabelecimento financeiro.” (grifamos).

O relator sublinhou que, embora as alegações de *“altíssimas taxas de juros e gravosos encargos”*, **uma parcela da dívida era reconhecida** e, portanto, *“essa dívida que reconhece existir, cujos encargos está a discutir em juízo, autoriza o banco a acionar os mecanismos de fiscalização e proteção ao crédito”*. (sic)

Portanto, nos termos desse aresto, **a discussão judicial sobre o quantum devido não importará no cancelamento da inscrição do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, desde que não haja ele se desobrigado quanto à parcela incontrovertida.**

11. O antigo **Tribunal de Alçada do RS**, por sua 3ª Câmara Cível, no julgamento do AG. nº 196.041.149, j. 08/05/1996, relator o hoje Des. LÉO LIMA, em ação de revisão contratual com pedido cautelar, adotou posicionamento similar:

“Se os autores da demanda se encontram na condição de inadimplentes e sequer se propõem a depositar judicialmente o valor do débito para discussão, não há como impedir o banco credor de protestar eventual título decorrente do avençado e levar o nome dos devedores a registro no sistema de proteção ao crédito.” (da ementa) (grifamos).

O mesmo **Tribunal de Alçada**, em diversas decisões mais recentes, placentou a tese de que:

“Caracterizada a mora e não realizado qualquer depósito pelo devedor, incabível a proibição de lançamento de seu nome em cadastros de inadimplentes, regularmente constituídos e equiparados a entidades de direito público pelo CDC, pois o simples fato do débito ser objeto de revisional não torna o registro ilegítimo” (da ementa, AG. nº 198.013.625, j. 24/03/1998, 1ª Câmara Cível, relator o hoje Des. FERNANDO BRAF HENNING JR.) (grifamos).

“Na pendência de ação de revisão de contrato bancário, na qual estão sendo discutidas cláusulas contratuais consideradas ilegais, é cabível o registro do nome do mutuário em bancos de dados de inadimplentes, quando este não manifesta interesse no pagamento do débito mediante o depósito dos valores incontroversos” (da ementa, AG. nº 197.282.387, j. 24/03/1998, 9ª Câmara Cível, relatora a hoje Desª. MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA) (grifamos).

“Se os autores da demanda se encontram na condição de inadimplentes, e sequer se propõem a depositar judicialmente o valor do débito para discussão, não há como impedir o banco credor de levar os nomes dos devedores a registro no sistema de proteção ao crédito” (da ementa, AG. nº 197.027.014, j. 21/05/1998, 3ª Câmara Cível, relator o hoje Des. LÉO LIMA) (grifamos).

12. O **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**, por sua 1ª Câmara Cível, afirmou a plena exigibilidade dos créditos objeto de discussão, enquanto não julgada a contenda:

“É irrelevante alegar que durante a discussão do quantum debeatur através da ação principal, o nome do devedor não poderá ser incluído em banco de dados protetor do crédito, porque enquanto não for julgada a contenda, os valores contraídos continuam a ser plenamente exigíveis” (da ementa, AG. nº 96.005.576, j. 06/05/1997, Rel.: Des. ORLI RODRIGUES) (grifamos).

13. O 1º **Tribunal de Alçada Cível de São Paulo**, por sua 11ª Câmara Extraordinária, apreciando a APEL. nº 710.925, ac. de 16/10/1997, Rel.: Dr. SILVEIRA PAULILO, realçou a importância da SERASA na prestação de **informações exatas** aos fornecedores de crédito: *“Não se pode imaginar, aliás, a agilidade na concessão de crédito bancário ou na feitura de negócios com instituições financeiras sem um organismo deste”*, não sendo admissível pretender que o Poder Judiciário, mediante cautelares, auxilie os inadimplentes a esconder dados verdadeiros: *“Podem, sim, invocar o Poder Judiciário se o SERASA mente”*. (sic)

Ainda o 1º **TACSP**, 2ª Câmara, no julgamento do AG. nº 726.080, ac. de 23/04/1997, Rel. Dr. SOUZA GOULART, frisou que o *“procedimento das entidades de proteção ao crédito de manterem cadastro de devedores inadimplentes e em convênio com entidades financeiras e comerciais para fornecimento dos dados dos devedores constantes de seus cadastros nada tem de irregular. O fato de os devedores estarem propondo ação em que objetivam ver reconhecidos os direitos à ‘securitização’ de suas dívidas não modifica o fato de que são inadimplentes do contrato que assinaram com o agravante”*.

Como consta de aresto do antigo **Tribunal de Alçada do RS**, não basta à tutela antecipatória para a retirada do nome do autor dos cadastros da SERASA, que ele proponha a ação revisional e alegue que o aludido cadastro *“está inviabilizando suas atividades profissionais e de sua empresa”*; e assim foi decidido porque o devedor denunciara as rubricas ilegais nos cálculos do montante do débito, *“mas não nega a existência do débito, tampouco afirma o adimplemento, nem se propõe a pagar o que entende devido”* (5ª Câmara Cível, AG. nº 197.232.994, j. 11/12/1997, relatora a hoje Des. MARA LARSEN CECHI) (grifamos).

14. A necessidade de **consignação ou depósito da quantia não discutida**, ou seja, da **parcela incontrovertida da dívida**, e que necessariamente **inclui o capital recebido pelo mutuário** da entidade financeira e ainda não pago, tem sido reiteradamente proclamada: *“Gize-se, por derradeiro, que o agravado poderia ter ajuizado, caso discordasse com os valores cobrados, ação consignatória, depositando o valor que entendia devido. Como nada fez, caracterizou-se a mora”* (TJ-SC, 4ª Câmara Cível, AG. nº 96.012171-2, ac. de 30/04/1997, Rel. Des. PEDRO MANOEL ABREU) (grifamos).

Na estrutura dos negócios contemporâneos, em que nos contratos de médio e grande valor só excepcionalmente as partes efetuam suas recíprocas prestações simultânea e integralmente (*trait pour trait*, ou o *zung und zung* do Direito tedesco), torna-se indispensável confie cada contratante em que à outra parte assiste a possibilidade de adimplir ao tempo e modo combinados.

Para tanto, o dador de crédito necessita dispor de dados concretos sobre a conduta, em transações pretéritas, do pretendente ao financiamento. Presta a SERASA, e prestam instituições congêneres, este relevante serviço, e quiçá por isso mesmo o CDC qualificou tais entidades como de “caráter público”.

4 Da tutela ao instituto do crédito, não aos interesses dos credores individuais

15. Ponderando-se, pois, que cumpre a SERASA fornecer aos estabelecimentos de crédito seus associados, dados concretos, corretos e atuais sobre a solvabilidade dos pretendentes a financiamentos (a estes isentando da penosa tarefa de reunir certidões negativas e atestados abonatórios), **ostenta-se como certo que a finalidade essencial da SERASA é a proteção ao crédito bancário.**

De uma parte, simplificam-se e agilizam-se os procedimentos preparatórios à avença, com a dispensa de certidões e atestados onerosos e burocratizados sobre a conduta de quem pretende receber financiamento. De outra parte, e principalmente, o estabelecimento de crédito toma ciência imediata de que **está negociando com quem presumivelmente pode e costuma adimplir suas obrigações.**

É claro que uma certa “margem de riscos” é inerente a qualquer contrato de execução continuada ou de adimplemento postergado no tempo. Mas torna-se absolutamente necessário, máxime em épocas de instabilidade econômica, que esta “margem de riscos” fique dentro dos limites do razoável. Uma elevada “margem de riscos” significa não só o entorpecimento de toda uma estrutura creditícia, como a necessidade de os prestadores de capital aumentarem os encargos e juros que recairão sobre os devedores adimplentes.

16. Portanto, e aqui a tese fundamental em debate, a inscrição dos nomes e firmas dos devedores nos cadastros da SERASA é feita em benefício do crédito em si, e não em benefício, individualmente, daqueles credores prejudicados pelo inadimplemento!

O credor, individualmente prejudicado pelo inadimplemento ou pela mora, **não aufere diretamente nenhum benefício ou vantagem** pela circunstância de o nome de seu devedor haver sido inscrito no cadastro da SERASA, quer por comunicação dele credor, quer por iniciativa da própria SERASA junto aos registros públicos. A este credor irão socorrer, com efeito, **as garantias reais ou fidejussórias previstas em lei ou no contrato ou a penhora em bens do devedor.**

A inscrição do nome do devedor no cadastro de inadimplentes (*rectius*, dos presumidamente inadimplentes) permitirá, isso sim, que o fato enquadrável como não-adimplemento ou mau adimplemento possa ser considerado, **no futuro**, em “outros” financiamentos que aquele mesmo devedor venha a postular junto às instituições bancárias.

17. É nesse ponto que, *data venia*, **incorrem em relevante erro de perspectiva** aqueles arestos que partem da premissa de que o cancelamento do nome do devedor nos cadastros da SERASA (ou de instituições congêneres) não traria prejuízo algum **ao credor...** Ao credor, **naquele caso concreto**, certamente que não. Mas haverá **realmente prejuízo ao sistema do crédito bancário**, pois, se tal posicionamento for geralmente adotado, principalmente com a amplitude e benevolência de que se revestem alguns julgados, **os cadastros tornar-se-ão amplamente defetivos**, e destarte devedores insolventes, sem condições de honrar seus compromissos atuais ou futuros, merecerão informação “negativada” e irão receber novos créditos, com manifesto prejuízo ao sistema creditício como um todo.

Nos países com economia desenvolvida (como o Brasil, que se enquadra entre as dez maiores economias do mundo), os respectivos sistemas creditícios necessitam operar com supedâneo em informações verazes e completas.

18. Orientação, que, a nosso sentir, incorreu no aludido “erro de perspectiva”, **revela-se no v. aresto do Superior Tribunal de Justiça**, por sua eg. 3ª Turma, **no REsp. nº 161.151**, ac. de 26/05/1998, prolatado em ação revisional de contrato de *leasing* e de cuja ementa consta que, “*não demonstrado o perigo de dano para o credor, não há como deferir seja determinada a inscrição do nome do devedor no SPC ou SERASA, mormente quando este discute, em ações aparelhadas, os valores sub judice, com eventual depósito ou caução do quantum*” (RSTJ, 110/250) (grifamos). Sob este fundamento, resultou refor-

mado acórdão do TJSC, no qual fora dito que as informações prestadas pelo banco credor representariam o “exercício regular de um direito”.

Outro exemplo, o do REsp. nº 184.221, eg. 4ª Turma, ac. de 03/11/1998, em cuja ementa lê-se que “*constitui constrangimento e ameaça vedados pela Lei nº 8.078, de 11/09/1990, o registro do nome do consumidor em cadastros de proteção ao crédito, quando o montante da dívida é ainda objeto de discussão em juízo*”.

19. Vale reafirmar, no entanto, que em linha de princípio **as instituições financeiras têm o direito e o dever de comunicar à SERASA, para a própria higidez do sistema**, a ocorrência de protestos de títulos cambiários, de emissão de cheques sem fundos, o ajuizamento de ações de execução, os requerimentos e decretações de falências, a pendência de débitos inadimplidos etc. E a SERASA tomará ciência de tais eventos quer pelas comunicações feitas por seus associados, quer pela consulta direta aos registros públicos judiciais e extrajudiciais.

Aliás, é defeso aos bancos comerciais realizar operações de crédito “*que não atendam aos critérios de seletividade, garantia, higidez e diversificação dos riscos*” (MINI-BACEN 16.7.2.2.b) (grifamos).

O CDC, como já foi mencionado, e a Lei nº 9.507/97 abonam a existência dos cadastros, equiparando-os ao serviço público – art. 43, § 4º. Portanto, seu uso pelas instituições de crédito não pode ser tido por abusivo, inclusive para autorizar indenizações por dano moral, nestes casos “*ausente a possibilidade jurídica do pedido*” (ac. do TACrimSP, *apud* LUIZ ANTÔNIO RIZZATO NUNES, *CDC e sua Interpretação Jurisprudencial*, Ed. Saraiva, 1997, p. 383). Como referiu HUMBERTO THEODORO JR., o constrangimento que o CDC – art. 42, quer impedir, na cobrança de dívidas, “*não é qualquer forma de constrangimento, mas apenas o constrangimento ilegal ou abusivo*” (ob. cit., p. 27).

Segundo MÁRCIO OLIVEIRA PUGGINA, magistrado no RS, a **má concessão de crédito** pode até dar origem à responsabilidade civil do banqueiro, por erro de conduta: “*...porquanto, nos negócios jurídicos de concessão de crédito, a capacidade de pagamento do pretendente ao crédito se constitui em elemento essencial da estrutura comutativa do contrato*” (art. de dout. in *AJURIS*, edição especial de março de 1998, v. II, p. 573) (grifamos).

5 Do cadastramento e dos depósitos judiciais

20. É certo, não obstante, que a inscrição e/ou a manutenção dos nomes de pessoas físicas ou jurídicas nos cadastros da SERASA (ou de institutos congêneres) constitui atividade sujeita ao controle jurisdicional, até mesmo por imposição da

Lei Maior: “*Os arquivos de consumo desempenham uma função positiva na sociedade de consumo. Mas, como toda atividade humana, estão sujeitos a abuso e, por isso, devem ser controlados*” (ANTÔNIO HERMAN DE VASCONCELLOS e BENJAMIN, *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, 2ª ed., Ed. FU, x, p. 253-254).

E este controle jurisdicional haverá de exercer-se tomando em consideração o **prevalente interesse juridicamente tutelado**, que é o da **proteção ao crédito, como um bem de inestimável valia a todos os que participam da vida econômica da Nação**, sem, no entanto, deslembrar a necessidade, na concorrência de certas especiais circunstâncias, **de ponderar igualmente sobre um segundo interesse, aquele do indigitado devedor em cancelar o registro** que indevida ou injustamente esteja prejudicando sua reputação comercial ou pessoal.

21. Como acontece em tantas situações em que ponderáveis interesses entram eventualmente em conflito, também aqui cumpre observar “a lógica do razoável”, o critério da **proporcionalidade** entre o interesse de caráter público, de **tutela ao instituto do crédito em si**, e o interesse na proteção ao **crédito pessoal** do apontado devedor.

Em última análise, tendo como ponto de partida o **dado objetivo** de que **a dívida não foi paga** (ou não o foi integralmente), a anotação do nome do devedor nos cadastros da SERASA apresenta-se como **conduta legítima** tanto da instituição de proteção ao crédito, que efetua o registro, como do credor que comunica o não-adimplemento pontual.

É que nestas circunstâncias razoavelmente surge a presunção de que o devedor **não paga porque não pode, ou não paga porque não quer** e, destarte, **não apresenta credibilidade e/ou solvabilidade para avançar novos financiamentos**, que mui provavelmente resultarão em “créditos podres” para a instituição financeira!

22. Todavia, por vezes ao devedor assistem argumentos bastantes para sustentar, com **forte juízo de verossimilitude**, que goza de condições de pagar, porém não pagou a alegada dívida porque **o respectivo título é inexigível** (caso, v.g., de cambial emitida em evidente contrariedade à Súmula n. 60 – STJ), ou que **deve apenas uma parcela** do que lhe está sendo exigido; nestes casos, poderá o devedor, em termos (como veremos), requerer o **cancelamento**, em caráter antecipatório (ou cautelar), do registro de seu nome ou firma nos cadastros da SERASA.

Impende, no azo, reafirmar com veemência que a só circunstância de que a dívida está *sub iudice*, não constitui motivo para o cancelamento, por-

quanto o “*simples fato do débito ser objeto de revisional não torna o registro ilegítimo*” (TARS, AG. n. 198.013.625, Relator o hoje Des. FERNANDO BRAF HENNING). Torna-se necessário, isto sim, que com arrimo em elementos inequívocos, ou com forte **viso de verossimilhança**, as provas indiquem que o apontado devedor em realidade poderia pagar, e que não pagou **porque presumivelmente nada deve, ou nada mais deve**.

Caso esse sólido ‘juízo de verossimilhança’ não socorra ao indigitado devedor, **a inscrição de seu nome no cadastro do Serasa apresenta-se perfeitamente lícita**. Assim, “*o envio de informações aos cadastros mantidos por instituições financeiras como o SPC/Serasa não se mostra abusivo, mas exercício regular de um direito, decorrente do contrato firmado entre duas partes*” (TJ de SC, 2ª Câmara Cível, AG. nº 97.007.046, ac. de 21/08/1997, Rel. Des. NEWTON TRISOTTO).

23. O principal é ter em consideração, sempre, que **o interesse maior juridicamente tutelado pelos cadastros de dados é o da segurança do crédito**, da **veracidade das informações sobre o pretendente ao crédito**; não o **interesse individual daquele credor** que executa seu invocado crédito ou contra quem o tomador do financiamento promove ação consignatória ou revisional.

É, destarte, absolutamente irrelevante – e exatamente neste ponto claudicam algumas decisões judiciais – que **o cancelamento, na SERASA, do nome do financiado não acarrete perigo de dano, naquele caso concreto, à instituição financeira que se afirma credora**.

O que importa, como foi dito, não é a repercussão do cancelamento relativamente à instituição credora, mas sim impende *garantir, para o futuro, informações verazes sobre a situação econômico-financeira daquela empresa ou pessoa física devedora, se e quando for demandar novos créditos*.

Concordam inúmeros arestos em que o financiado, quer quando citado como réu ou quando executado em demanda promovida pela entidade financeira, quer na posição de autor em ação consignatória ou revisional ou outras, **demonstrará sua plena solvabilidade** (= não paga porque entende que não deve, e não porque não possa pagar) **depositando, em juízo, o valor questionado**.

24. E se a lide, a controvérsia, abranger apenas **uma parcela do débito**, cumpre **necessariamente ao devedor**, se pretende o cancelamento do registro (ou impedi-lo), **efetuar o depósito judicial, à disposição do credor, da parcela incontroversa**, na qual se inclui, por certo, aquele valor recebido em pecúnia quando do financiamento (= o capital mutuado).

Mesmo nesta segunda hipótese, **de depósito da parcela incontroversa, ainda assim o cadastramento na SERASA (ou em entidade congênere) os- tenta-se lícito quando:**

a) **o devedor, embora haja depositado a parte incontroversa, ques- ti- ona o restante do débito com argumentos pouco convincentes**, ou porque invocados sem prova hábil que os ampare, ou porque esgrimidos contra a ju- risprudência dominante e com indícios bastantes de que se cuida, apenas, de manobra protelatória de “mau pagador”; ou

b) o devedor, maliciosamente, afirma como incontroversa, e deposita à dis- posição do credor, apenas **diminuta parcela de sua dívida**, embora sem argumen- tos razoáveis para questionar o restante, ou parcela ponderável do restante.

25. As considerações acima expendidas partem do pressuposto, que te- mos por incontestável, de que os serviços de proteção ao crédito, cujo **caráter público** a lei afirma (Lei nº 8.078/90 – CDC, art. 43, § 4º; **Lei nº 9.507/97**, art. 1º, parágrafo único), apresentam como objetivo básico, sem o qual nem se compreenderia sua existência, a prestação de **informações verazes**, que viabilizem às instituições financeiras avaliar com exatidão os “riscos de crédito” e as condições econômicas daqueles que solicitam operações de financiamen- to; exatamente por isso, os registros devem manter **completas e corretas** as informações e dados relevantes para a concessão ou não-concessão de mútuos, sob pena de as entidades de proteção ao crédito, como a SERASA, não cum- prirem minimamente os objetivos para os quais foram criadas.

Portanto, os requerimentos visando o **cancelamento** de registros na SERASA, ou as solicitações de mandado judicial impeditivo de tais registros, apresentam-se juridicamente viáveis **apenas nas circunstâncias muito espe- ciais** expostas ao longo do presente parecer.

Pode o devedor, no entanto, postular em juízo que as entidades de prote- ção ao crédito efetuem, à margem dos registros, **anotações** relativas à pendên- cia de demanda onde se questione a exigibilidade ou o montante da dívida, cônsono prevê o art. 7º, III, da Lei nº 9.507/97 (*vide* item 4).

26. **Ante o exposto**, creio poderem concluir que:

1) A existência de bancos de dados, que armazenam informações alusi- vas à solvabilidade e à conduta negocial de pessoas e empresas, habilitando-os a posteriormente prestarem informações às instituições financeiras perante as quais pretendam tais pessoas e empresas obter novos créditos, apresenta-se como atividade não só lícita como necessária ao normal funcionamento dos sistemas de crédito, estando tais cadastros previstos na Lei nº 8.078/90 – Cód- i-

go de Defesa do Consumidor – e na Lei nº 9.507, de 12/11/1997, que dispõe sobre o acesso a informações e regula o *habeas data*.

2) Os interesses individuais daquele credor que, em juízo, pretende de seu devedor o adimplemento da dívida, são **tutelados pelas garantias reais ou fidejussórias previstas no contrato, ou assegurados pela penhora**.

A comunicação que o credor faz à SERASA, ou à entidade congênere, destina-se, isto sim, à **tutela do instituto do crédito** a fim de:

a) diminuir os riscos inerentes aos negócios bancários ou comerciais a prazo, prevenindo eventuais “créditos podres” e, destarte, também evitando majorações dos encargos inerentes aos financiamentos;

b) afastar, mediante a “negativação” na SERASA ou entidade congênere, a necessidade de as instituições de crédito exigirem, dos pretendentes a mútuos, maiores garantias, atestados e certidões alusivos a suas possibilidades de pagamento e sua conduta negocial pretérita.

3) A simples circunstância de o devedor haver proposto ação revisional do contrato de financiamento, ou de haver em juízo nomeado bens à penhora e embargado a execução, não afasta a licitude da manutenção do nome do devedor nos cadastros da SERASA ou entidades congêneres.

Vale anotar que o direito de “ação” (e de “contestação”) em juízo é um direito “abstrato”, que a todos socorre, aos que têm e aos que não têm razão, porquanto a concreta existência do direito material alegado (ou negado) somente será definida na decisão de mérito, após cognição exauriente.

4) Em linha de princípio, o depósito judicial do valor do débito, ou de parcela considerável desse valor, para discussão, **só por si** não autoriza o cancelamento do nome do devedor nos cadastros da SERASA, e também não impede seu lançamento nos mesmos registros.

O cancelamento poderá ser determinado apenas se, com o depósito judicial, que demonstra sua solvabilidade, ao mesmo tempo o devedor apresentar **prova plenamente convincente** de que **não paga porque não deve**, e não porque não possa ou não queira pagar.

5) O depósito de valor irrisório equipara-se à inexistência de depósito e, portanto, mais se fortalece a necessidade de manutenção do nome do devedor nos cadastros da instituição de proteção ao crédito; todavia, se um sólido “juízo de verossimilhança” indicar a inexigibilidade do título (assim, v.g., se o título é inexigível pela nulidade da cláusula-mandato e, pois, da obrigação cambial, *ut* Súmula n. 60 – STJ), então o cancelamento ostenta-se viável.

6) As garantias contratuais como a fiança ou cauções, ou garantia cambiária como o aval, ou garantia processual como a penhora, tutelam e protegem o **interesse patrimonial daquele credor naquele caso concreto**; toda-

via, o cadastramento na SERASA, ou em outros bancos de dados congêneres, vincula-se a **outra finalidade**, ou seja, a **de proteção ao instituto do crédito**, que supõe o direito dos bancos (e dos industriais e comerciantes que vendem a prazo), em obter informações verazes e completas no relativo aos “riscos do crédito”, sobre a situação econômica e a conduta negocial dos pretendentes a financiamentos, operados quer através de empréstimos, quer mediante contratos complexos como o “*leasing financeiro*”.

7) A circunstância de os débitos estarem sendo questionados no *an debeatur* ou no *quantum debeatur* **por si mesma** não autoriza o cancelamento do nome do devedor nos cadastros da SERASA ou de outros bancos de dados.

8) O art. 7º, III, da Lei nº 9.507, de 12/11/1997, é expresso no sentido de que se dará *habeas data* para obter “a anotação, nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável”.

O devedor, portanto, ao invés de postular o cancelamento nos registros do banco de dados, poderá, em princípio, requerer a **averbação**, nos mesmos registros, de que está impugnando judicialmente a existência da dívida, ou seu montante. Neste último caso, indispensável, por certo, o depósito judicial à disposição do credor, de quantia correspondente à parcela incontrovertida.